



**O DISCURSO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ARQUEOLOGIA DO PODER NA
GÊNESE JESUÍTA**

**THE DISCOURSE OF BRAZILIAN EDUCATION: ARCHEOLOGY OF POWER
IN THE JESUIT GENESIS**

Simone Aparecida de Sousa Capperucci¹

RESUMO

A educação brasileira é tema de análise e discussões, sendo percebida pela sociedade como instituição imprescindível para o desenvolvimento de uma sociedade. Entretanto apesar dessa discussão, desde a implantação da educação no Brasil, com os jesuítas, evidencia-se que os propósitos da educação sempre estiveram ligados a classe dominante, subjugando os dominados. Assim o presente trabalho tem por objetivo incitar a percepção para os discursos apresentados na educação brasileira através da arqueologia e genealogia de Michel Foucault, que discute o poder e suas relações. A metodologia utilizada foi uma revisão de literatura sobre o assunto através de autores, além de Foucault que discutem o assunto. Perceber as relações de poder e raízes da educação brasileira é o caminho para analisarmos onde estamos e onde pretendemos chegar para traçar os caminhos necessários para a educação de nosso país avançar.

Palavras-chave: Discurso. Educação brasileira. Arqueologia. Genealogia. Legislação.

ABSTRACT

Brazilian education is the subject of analysis and discussions, being perceived by society as an essential institution for the development of a society. However, despite this discussion, since the implementation of education in Brazil, with the Jesuits, it is evident that the purposes of education have always been linked to the dominant class, subjugating the dominated. Thus, the present work aims to incite the perception of the discourses presented in Brazilian education through the archeology and genealogy of Michel Foucault, who discusses power and its relations. The methodology used was a literature review on the subject through authors, in addition to Foucault who discuss the subject. Understanding the power relations and roots of Brazilian education is the way to analyze where we are and where we intend to go in order to trace the necessary paths for the education of our country to advance.

Keywords: Speech. Brazilian education. Archeology. Genealogy. Legislation.

¹Mestra em Educação e linguagem pelo Centro Universitário de Caratinga (UNEC). Docente nesta mesma Instituição (UNEC).



INTRODUÇÃO

A educação no Brasil iniciou-se com a chegada dos jesuítas, como parte do processo de ocupação portuguesa do território brasileiro. Desde esse período, até os dias atuais, temos um processo educacional marcado por discursos libertatórios que escondem processos de massificação da população, sendo a educação uma das instituições que atuam como aparelho ideológico com o objetivo da manutenção da ordem de poder.

Assim, dentro desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar a arqueologia do poder transmitida pela educação brasileira a partir da instauração da educação pelos jesuítas, no processo de chegada e conquista do território brasileiro pelos portugueses.

Essa discussão se faz importante uma vez que na maioria das vezes a sociedade em geral e mesmo os profissionais que atuam na educação diretamente não percebem que as práticas reproduzidas no ambiente escolar não visam a uma educação libertadora e emancipatória, incluindo na identidade e protagonismo mesmo dos profissionais em educação.

Atuando como aparelho ideológico do Estado, a escola consegue através de ideologias convencer os profissionais em educação e a sociedade em geral de que o modelo implementado é o melhor para todos sem, no entanto, isso condizer com a verdade.

Para essa discussão o presente trabalho terá como teóricos Pierre Bordieu, que trabalha conceitos como aparelhos ideológicos do Estado, Michel Foucault com apresentações sobre genealogia e arqueologia, entre outros que discutem sobre a educação e seus discursos.

A ARQUEOLOGIA DO PODER NA GÊNESE JESUÍTA

A história da educação brasileira desde seu início foi marcada pela subjugação das classes, educação de dominantes sobre dominados, em função dos dominantes; educação que se pauta numa legislação seguidora de modelos



estrangeiros, desvinculada da realidade brasileira, não traduzindo na prática aquilo que muitas vezes se profere nos discursos.

Temos na educação brasileira subjacentes à educação os anseios de dominação e os interesses econômicos da elite, que produzem modelos educacionais que atendam a seus interesses, modelos implantados desde a formação da educação brasileira iniciada pelos jesuítas, pois:

(...) foram ainda os jesuítas que representaram, melhor do que ninguém, esse princípio da disciplina pela obediência. Mesmo em nossa América do Sul, deixaram disso exemplo memorável com suas reduções (aldeamentos) e doutrinas. Nenhuma tirania moderna, nenhum teórico da ditadura do proletariado ou Estado totalitário, chegou sequer a vislumbrar a possibilidade desse prodígio de racionalização que conseguiram os padres da Companhia de Jesus em suas missões. (HOLANDA, 1988, p.39).

Os jesuítas iniciaram a história da educação brasileira baseados na subjugação dos índios, desrespeitando a cultura dos mesmos, impondo um modelo cultural europeu, que predomina na educação brasileira até os dias de hoje, educação que desconsidera as situações vivencionais do indivíduo, objetivando massificá-lo. A cultura dominante é considerada como a cultura adequada, devendo todos ajustarem-se a ela.

Incumbidos dessa missão, promoveram a criação das missões, onde organizavam as populações indígenas em torno de um regime que combinava trabalho e religiosidade. Ao submeterem as populações aos conjuntos de valor da Europa, minavam toda a diversidade cultural das populações nativas do território. Além disso, submetiam os mesmos a uma rotina de trabalho que despertava a cobiça dos bandeirantes, que praticavam a venda de escravos indígenas. Ao mesmo tempo em que atuavam junto aos nativos, os jesuítas foram responsáveis pela fundação das primeiras instituições de ensino do Brasil Colonial. Os principais centros de exploração colonial contavam com colégios administrados dentro da colônia. Dessa forma, todo acesso ao conhecimento laico da época era controlado pela Igreja. A ação da Igreja na educação foi de grande importância para compreensão dos traços da nossa cultura: o grande respaldo dado às escolas comandadas por denominações religiosas e a predominância da fé católica em nosso país. Além de contar com o apoio financeiro da Igreja, os jesuítas também utilizavam da mão-de-obra indígena no desenvolvimento de atividades agrícolas. Isso fez com que a Companhia de Jesus acumulasse um expressivo montante de bens no Brasil. Fazendas de gado, olarias e engenhos eram administradas pela ordem. (SOUSA, s.p., s.d.)



Os interesses econômicos inseridos no processo educativo também já se faziam presentes desde o início do processo de educação, uma vez que os índios eram utilizados como mão-de-obra pelos jesuítas, para o cultivo de suas propriedades. A educação jesuítica tinha o claro objetivo de ajustar os silvícolas aos interesses portugueses, representados pelos jesuítas.

É que os interesses da Companhia, com relação aos indígenas, eram outros que não os do estado leigo: para este, o homem selvagem, legítima presa de conquista, era material humano indispensável ao trabalho e à vida econômica das colônias; para a Companhia, o silvícola era um pagão que importava evangelizar, um bruto, esquecido da lei de Deus, que importava cristianizar (VIEIRA, p.119, 1995).

Seguindo o que nos diz Chauí, a história não dá saltos e seguindo Galeano “a história é um profeta com os olhos voltados para trás, pelo que foi e contra o que foi, anuncia o que será”, assim passando por diferentes fases e denominações e educação brasileira não fugiu da fórmula inicial trazida pelos jesuítas, sempre baseada em modelos europeus, atendendo aos interesses da classe dominante, privilegiando ora a exclusão, ora a massificação, se não considerarmos a massificação, também como uma forma de exclusão.

É entendida como continuidade e progresso, a história, além de excluir a ruptura, exclui a diferença temporal (o que diferencia internamente presente, passado e futuro), substituindo-a pela diferença empírica dos tempos, ou pela sucessão. O passado se insere na linha contínua da tradição memorizada, e o futuro é posto como previsível e provável, permeando a dimensão possível. Assim como anula a alteridade interna que a constitui como formação social, essa história anula a alteridade temporal por meio de uma temporalidade una, única, linear, homogênea, sucessiva e contínua. Dessa maneira, ordena o espaço social, organiza a memória e administra o porvir.(CHAUÍ, p.119-120,1996).

Essa inversão é consolidada através de ideologias. Para o presente trabalho entenderemos a ideologia por representações que nem sempre coincidem com a realidade, conforme salienta Chauí.

O real não é um dado sensível nem um dado intelectual, mas é um processo, um movimento temporal de constituição do ser e de sua significação, e esse processo depende fundamentalmente do modo como os homens se relacionam entre si e com a natureza. Essas relações entre os homens e deles com a natureza constituem as relações sociais como algo produzido pelos próprios homens, ainda que estes não tenham consciência de serem seus únicos autores. (...) Essas idéias ou representações, no entanto, tenderão a esconder dos homens o modo real como suas formas sociais foram produzidas e a



origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia. Por seu intermédio os homens legitimam as condições sociais de exploração e de dominação fazendo com que pareçam verdadeiras e justas. (CHAUÍ, 1980, p.20-21).

Mas afinal em que reside a força ideológica, senão na linguagem? Como afirma Bourdieu a linguagem é o que garante aos dominantes a transmissão de mensagens adequadas a seus interesses, sendo legitimada pelo poder simbólico dado pela sociedade a determinados representantes, daí a intrínseca relação existente entre os aparelhos ideológicos e a linguagem na constituição das relações de dominação existentes na sociedade.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma de uma “illocutionary force” mas se define numa relação determinada- e por meio desta- entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é de competência das palavras. (BOURDIEU, 2003, p.14-15).

Através da linguagem é que o poder ganha concretude, deixa de ser abstrato. Assim analisaremos a linguagem da educação brasileira para percebermos como a mesma se coloca como aparelho ideológico de dominação, assumindo postura de educação para as massas, ao mesmo tempo queremos mostrar que se uma das formas de concretude das relações de poder é a linguagem a escola pode, através da manipulação da linguagem modificar as relações sociais, modificando as relações de poder.

Na verdade, dentre as soluções historicamente conhecidas quanto ao problema da transmissão do poder e dos privilégios, sem dúvida a mais dissimulada e por isso mesmo a mais adequada das sociedades tendentes a recusar as formas mais patentes de transmissão hereditária do poder e dos privilégios, é aquela veiculada pelo sistema de ensino ao contribuir para a reprodução da estrutura de relações de classe dissimulando, sob as aparências da neutralidade, o cumprimento desta função. (BOURDIEU, 2001, p.296).



Mas o que a realidade da escola reproduz em toda sua linguagem é a hierarquização da sociedade e a relação entre dominantes e dominados.

Hierarquia profissional, diretor, vice, professores, assistentes, secretários regionais, estaduais, etc., num claro esquema de ordenantes e ordenados. Salas de aula com carteiras enfileiradas, esquema burocrático que causaria a falência de qualquer empresa, tudo em nome da ordem, como se o mundo não tivesse partido do caos.

Ao apresentar as hierarquias sociais e a reprodução destas hierarquias como se estivessem baseadas na hierarquia de “dons”, méritos ou competências que suas sanções estabelecem e consagram, ou melhor, ao converter hierarquias sociais em hierarquias escolares, o sistema escolar cumpre uma função de legitimação cada vez mais necessária à perpetuação da “ordem social” uma vez que a evolução das relações de força entre as classes tende a excluir de modo mais completo a imposição de uma hierarquia fundada na afirmação bruta e brutal das relações de força. (BOURDIEU, 2001, p.311).

Dentro desse contexto a transmissão de conteúdos é o foco de atenção da prática político-pedagógica, assimilação, não apenas de conteúdos previamente estabelecidos como verdades, mas de uma estratificação na qual alguns detêm o conhecimento e outros têm apenas a autorização para reproduzi-lo.

Dentro desse processo educacional temos Michel Foucault que discute as relações de poder dentro dos microcosmos, sendo conveniente discutir essas relações dentro das instituições escolares, uma vez constituírem esses importantes aparelhos ideológicos do Estado.

Um Aparelho Ideológico de Estado é um sistema de instituições, organizações e práticas correspondentes, definidas. Nas instituições, organizações e práticas desse sistema é realizada toda a Ideologia de Estado ou uma parte dessa ideologia (em geral, uma combinação típica de certos elementos). A ideologia realizada em um AIE garante sua unidade de sistema “ancorada” em funções materiais, próprias de cada AIE, que não são redutíveis a essa ideologia, mas lhe servem de “suporte”. (ALTHUSSER, 1995, p. 104).

Essa constatação é corroborada quando se assume para o processo educacional a função de transmissão de cultura, além de outras reproduções



que permitam que a sociedade continue numa estrutura estratificada que garanta a manutenção das relações de poder.

Ao definir tradicionalmente o “sistema de educação “como o conjunto de mecanismos institucionais ou usuais pelos quais se encontra assegurada a transmissão entre as gerações de cultura herdada do passado (i.e., a informação acumulada), as teorias clássicas tendem a dissociar a reprodução cultural da sua função de reprodução social, i.e., a ignorar o efeito próprio das relações simbólicas na reprodução das relações de força. (BORDIEUX; PASSERON, 1971, p. 31).

Quando observamos que desde os jesuítas, as instituições escolares reproduzem uma ordem, atendendo a interesses de alguns grupos, evidencia-se que apesar do avanço quantitativo, consolidado pela Constituição Federal de 1998 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação não aconteceu, estando às instituições escolares envolvidas numa relação de poder estratificado no qual a alguns cabe comandar e a outros obedecer.

Mas é preciso não se iludir: o poder que legisla, regulamenta e controla não está exclusivamente centralizado num saber elaborado no exterior da instituição escolar, nela se exercendo de fora para dentro e de cima para baixo. Ao contrário, na medida mesma em que professores e alunos nos limitamos a cumprir as normas, a assimilar o saber "qualificado", trazemos para dentro das próprias relações pedagógicas os mesmos mecanismos e os mesmos efeitos de exercício do poder. É quando a escola não pode ser um lugar onde se pensa para ser o lugar onde se reproduz o conhecimento instituído. É quando as relações entre professor e estudante reproduzem a relação do sujeito que "possui" o saber com um "objeto" de educação. (MUCHAIL, 2004, p. 57).

Retomando a Foucault, precisamos entender que a partir de seus estudos é possível à educação brasileira reconstituir-se como força impulsora capaz de promover a liberdade que as classes populares necessitam para romperem as estratificações impostas pela sociedade, uma vez que:

A genealogia seria, portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torna-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico. A reativação dos saberes locais – menores, diria Deleuze – contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos intrínsecos de poder, eis o projeto destas genealogias desordenadas e fragmentárias. Enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade. (FOUCAULT, 2003, p.172).



Portanto, aprofundando-se na perspectiva da genealogia apresentada por Michel Foucault pode-se entender as relações de poder intrínsecas dentro das instituições escolares que permitem que esse poder maior, exterior às instituições escolares permaneçam apesar dos discursos de promoção social e liberdade de pensamento.

Ao mesmo tempo através da arqueologia torna-se possível aproveitar e a partir do conhecimento que cada indivíduo possui transgredir para a produção de outros saberes que permitam o desenvolvimento intelectual e uma produção autônoma do conhecimento, esse sim libertatório. Portanto:

... arqueologia e genealogia se distinguem ao mesmo tempo em que guardam, de certo modo, a mesma natureza e o mesmo teor. Mais de uma vez Foucault afirma que os propósitos explícitos nos escritos da fase genealógica já estavam presentes, mas não percebidos, nos primeiros escritos. Mas adverte também que uma mudança ocorreu na condução das análises (MUCHAIL, 2004, p. 15).

Partindo da genealogia foucaultiana e utilizando-se da arqueologia do mesmo é possível compreender que as discussões a respeito da educação brasileira precisam ultrapassar aspectos relacionados a didática e metodologias, faz-se necessário compreender o que está enraizado nos discursos apresentados e quais interesses essa educação serve. A partir de essa análise perceber a quais poderes esta educação serve.

De modo que, se quisermos apreender os mecanismos de poder em sua complexidade e em seu detalhe, não podemos limitar-nos a análise unicamente dos aparelhos de Estado. Haveria um esquematismo a ser evitado, esquematismo que, aliás, não encontramos no próprio Marx – que consiste em localizar o poder no aparelho de Estado, e em fazer do aparelho de Estado o instrumento privilegiado, capital, maior, quase único do poder de uma classe sobre a outra. De fato, o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais finos, é muito mais ambíguo, porque cada um é, no fundo, titular de um certo poder e, em certa medida, veicula o poder. O poder não tem como única função reproduzir as relações de produção. As redes da dominação e os circuitos da exploração interferem, se recobrem e se apoiam, mas não coincidem (FOUCAULT, 2006, p. 183-184).

O que Foucault explicita no excerto acima é exatamente o fato do poder fazer parte de cada um como indivíduo e das relações sociais como um todo. No entanto desconhecemos os mecanismos do poder, e ao desconhecer não



nos utilizamos do mesmo, sendo submetidos a outros que conhecem o poder que possuem e as potencialidades e oportunidades que esses trazem.

Esses que conhecem as relações de poder e suas redes vem utilizando da educação como instrumento de manutenção de uma ordem que propicia uma sociedade na qual a estratificação seja a grande marca, sendo necessário portanto, que conheçamos como a educação brasileira se estruturou desde a chegada dos jesuítas para então começar as mudanças necessárias.

Essa dificuldade, nosso embaraço em encontrar as formas de luta adequadas, não vêm do fato de ignorarmos ainda o que é o poder? Afinal, foi preciso esperar o século XIX, para saber o que era a exploração, mas talvez não se saiba ainda o que é o poder. E Marx e Freud talvez não bastem para nos ajudar a conhecer essa coisa enigmática, a um só tempo visível e invisível, presente e escondida, investida por toda parte que chamamos de poder. A teoria do Estado, a análise tradicional dos aparelhos de Estado não esgota, sem dúvida, o campo de exercício e de funcionamento do poder. É o grande desconhecido atualmente: quem exerce o poder? E onde ele se exerce? (FOUCAULT, 2006, p. 43).

Conforme dito anteriormente é preciso que a educação avance em qualidade para que possa transformar os indivíduos de forma integral, o que não acontece até hoje apesar de nos discursos a Constituição Federal de 1988 garantir o direito a educação para todos e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 explicitar esse direito em diversas modalidades.

O problema da educação é um problema de qualidade do ensino básico, resulta da falta de vontade política ou da capacidade de expressão de um conjunto de atores críticos. Portanto, o problema da educação é um problema político. (CASTRO, 2007, p.92).

Não reconhecer que o problema da educação no Brasil é político faz parte das relações de poder, pois ao ignorar pretende-se negar o mesmo. Cabe a sociedade no total que necessita da educação para desenvolver-se, iniciar uma análise dos discursos que permeiam a educação e buscar alternativas para as mudanças necessárias.

O poder sempre existiu entre os homens. Não existe na história qualquer forma de organização social que não se tenha dividido em dois grupos: o dos que mandam e o dos que obedecem, líderes e seguidores, governantes e governados. A tarefa de controlar a atividade dos membros do grupo sempre coube a um indivíduo ou a uma reunião de indivíduos, aos detentores do poder. Na base do poder



está essa distinção entre dominados e dominadores. (CHALITA, 1999, p. 23).

A partir de Chalita é possível esclarecer que não se busca a inexistência do poder, uma vez que o mesmo sempre existiu, mas é preciso diminuir as distâncias entre dominantes e dominados para equilibrar as relações sociais, de forma a dar dignidade a todos.

A educação precisa parar de atender apenas aos dominantes, com discursos disfarçados que promovem a alienação e a subjugação social, resgatar a intelectualidade entre os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem perpassa por compreender que o poder da análise e construção do conhecimento cabe a todos, partindo das habilidades e capacidades que cada um possui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação brasileira possui propósitos definidos desde a chegada dos jesuítas ao Brasil após a chegada dos portugueses no território brasileiro, esses objetivos ficam mascarados através de discursos de uma educação para todos, mas na realidade atende aos interesses daqueles que pretendem a manutenção da ordem do poder existente.

Esse contexto demonstra a necessidade de mudança desses propósitos, a partir de uma análise crítica e minuciosa de onde estamos envolvidos e qual ponto desejamos alcançar, escolhendo caminhos a seguir. Anos de dominação e ideologias impostas não são fáceis de quebrar, mas não significa que seja impossível.

Cabe a cada um dos envolvidos, principalmente aos profissionais e estudiosos da educação construir campos de discussão para que o processo educacional brasileiro seja explorado e a partir dessas discussões protagonistas do processo assumam seus espaços, aproximando a prática educacional daquilo que a sociedade necessita.

Assim a educação poderá ascender-se a um patamar de possibilidade libertatória, construção de cidadania e identidade, possibilitando que as



relações entre dominantes e dominados possam se tornar um pouco mais justas e igualitárias.

REFERÊNCIAS

AUTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado**. Trad. Wálter José Evangelista e Maria L. Viveiros de Castro. 4ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

CASTRO, Cláudio de Moura. **Educação brasileira: consertos e remendos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BORDIEUX, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Lisboa: Veja, s.d.

CHALITA, Gabriel. **O poder**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

FOUCAULT, M. **L'Archéologie du Savoir**. Paris: Gallimard, 1969.

_____. **L'Ordre du discours**. Paris: Gallimard, 1971.

_____. **Microfísica do poder**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise**. Organizador: Manoel Barros de Motta. Coleção Ditos e escritos I. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. e 6. reimpr. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

_____. **Estratégia poder-saber**. Organizador: Manoel Barros de Motta. Coleção Ditos e escritos IV. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2006.

MUCHAIL, Salma Tannus. **Foucault, simplesmente**. São Paulo: Loyola, 2004.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Jesuítas**. Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com.br/historiadobrasil/jesuitas.htm>. Acesso em 10 out. 2009>. Acesso em 09 mar. 2022.



VIEIRA, Padre Antônio. O Advogado da Causa dos Índios. In: Padre Antônio Vieira, **SERMÕES: problemas sociais e políticos do Brasil**. Seleção de textos, apresentação, introduções e notas por Antônio Soares AMORA. São Paulo: Universidade de São Paulo/Editora Cultrix, 1995.